



## Reflexões sobre práticas de artesanía ecofeminista e pedagogia ambiental. Por uma política da natureza humana e não-humana

Reflexiones sobre prácticas de artesanía ecofeminista y pedagogía ambiental.

Por una política de la naturaleza humana y no humana

Reflections on Ecofeminist Craft Practices and Environmental Pedagogy.

For a Policy of Human and Non-human Nature

Luísa de Pinho Valle

Centro de Estudos Sociais - CES, Universidade de Coimbra

Recepción: 23-08-2018

Aceptación: 07-03-2019

### Resumo:

No presente artigo objetivo analisar práticas de artesanía ecofeminista como força motriz da pedagogia ambiental capaz de transformar as relações humanas, (e dos humanos com a natureza), bem como possibilidade de fratura da coluna dos pensamentos abissais contemporâneos. Para tanto defendo que o eixo fulcral desta ruptura está em curso nas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que lutam contra as imposições do mercado concebido hoje, após várias reinvenções do sistema capitalista moderno. No encontro com os pensamentos e práticas de artesanía ecofeministas a pedagogia ambiental surge para preparar mulheres e homens para as incertezas do amanhã na Casa Terra, além de compor outra racionalidade: a ambiental. O aprofundamento teórico inter e intradisciplinar desenvolvido no trabalho têm por objetivo fomentar o diálogo entre seres e saberes para que outros conhecimentos transformem e (re)construam a continuidade humana e não-humana no planeta. A crise atual é global, mas as respostas possíveis são situadas; uma teoria (de natureza geral e abstrata) não alcança as realidades concretas e particulares de cada experiência contida na biodiversidade do mundo. Desta forma, identifico na iniciativa e prática da produção sustentável de alimentos e na geração de renda do Grupo Mulheres Decididas a Vencer, do assentamento de Mulunguzinho (Rio Grande do Norte, Brasil), uma realização pedagógica ecofeminista contextualizada.

Palavras-chave: Ecofeminismo; Artesanía das práticas; Pedagogia ambiental.

## Resumen:

El presente artículo tiene como objetivo analizar las prácticas de la artesanía eco-feminista como fuerza motriz de la pedagogía ambiental capaz de transformar las relaciones humanas (y de los seres humanos con la naturaleza), así como también la posibilidad de romper la estructura del pensamiento abisal contemporáneo. Con este fin, el artículo sostiene que el punto central de esta ruptura está en marcha en las dinámicas sociales, políticas, económicas y culturales que van en contra de las imposiciones del mercado concebidas actualmente, luego de varias reinventiones del sistema capitalista moderno. En armonía con los pensamientos y prácticas de la artesanía eco-feminista surge la pedagogía ambiental para preparar a mujeres y hombres para las incertidumbres del mañana en el hogar en la Tierra, además de construir otro modo de pensamiento: el ambiental. La profundización teórica interdisciplinaria e intradisciplinaria desarrollada en este trabajo tiene como objetivo fomentar el diálogo y el conocimiento entre los seres para que otros conocimientos puedan transformar y (re) construir la continuidad humana y no humana en el planeta. La crisis actual es global, pero se pueden encontrar posibles respuestas; una teoría (de naturaleza general y abstracta) no alcanza las realidades concretas y particulares de cada experiencia contenida en la biodiversidad del mundo. De esta manera, el artículo se identifica con la iniciativa y la práctica de la producción sustentable de alimentos y la generación de ingresos del Grupo de Mujeres Decididas a Ganar, del asentamiento de Mulunguzinho (Rio Grande do Norte, Brasil), un logro pedagógico eco-feminista contextualizado.

Palabras clave: Ecofeminismo; Artesanía de las prácticas; Pedagogía ambiental.

## Abstract:

In the present article, the objective of this study is to analyze the practices of eco-feminist craftsmanship as the driving force of environmental pedagogy capable of transforming human relations (and of humans with nature), as well as the possibility of breaking the backbone of contemporary abyssal thinking. To this end, I argue that the central axis of this rupture is underway in the social, political, economic and cultural dynamics that go up against the impositions of the market conceived today, after several reinventions of the modern capitalist system. In harmony with the thoughts and practices of ecofeminist craftsmanship, environmental pedagogy emerges to prepare women and men for the uncertainties of tomorrow at home on Earth, in addition to composing another rationality: environmental. The interdisciplinary and intradisciplinary theoretical deepening developed in this work aim to encourage the dialogue between beings and knowledge so that other knowledge can transform and (re) construct the human and nonhuman continuity in the planet. The current crisis is global, but possible responses are situated; a theory (of a general and abstract nature) does not reach the concrete and particular realities of each experience contained in the world's biodiversity. In this way, I identify in the initiative and practice of sustainable food production and income generation,

from the Group of Women Decided to Win, from the Mulunguzinho settlement (Rio Grande do Norte, Brazil) a contextualized ecofeminist pedagogical achievement.

Keywords: Ecofeminism; Practices of handicraft; Environmental pedagogy.

## Introdução

Pensar em uma pedagogia ambiental implica reconhecer que a pedagogia é compreendida como pensada por Paulo Freire (1975, 2005): pedagogias são ações situadas em contextos concretos e que, articulam dialeticamente, a ação e a reflexão. Logo, a pedagogia ambiental realiza-se na tensão entre prática e teoria e está presente nas ações concretas realizadas por seres humanos (Streck, D. 2015), com o fim de fortalecer conhecimentos próprios e coletivos que impulsionam as transformações sociais que entendem ser adequadas e desejáveis à vida e à sua indivisibilidade.

O ecofeminismo articula teoria e prática entrelaçadas para a reapropriação da interação entre a vida e o conhecimento inscrito nas redes das relações sociais e naturais presentes no encontro de seres diferenciados, na diversidade cultural e na pluralidade de saberes coexistentes no mundo (Valle, L. 2017). Desta forma, a pedagogia ambiental aqui desenvolvida é ecofeminista, pois meu objetivo é reconhecer e analisar ações políticas, críticas e reflexivas, que enfrentam as incertezas e os riscos da vida desde uma racionalidade criativa e contextualizada. Isso significa desenvolver relações inconformadas, imaginativas, para as quais a diversidade do mundo e a multiplicidade de conhecimentos disponíveis sejam forças capazes de disseminar outras racionalidades, avessas à instrumentalidade da razão moderna ocidental. Na base do pensamento ecofeminista está a relacionalidade prático-transformadora que congrega mulheres e homens na árdua tarefa de realizarem nas ações cotidianas um exercício equilibrado de criação, formação e expansão de saberes, constituído em polirracionalidades para as quais o ambiente não é o entorno onde os seres humanos vivem, mas sim a matriz pluriversal e vital sem a qual a sua existência não seria possível e não teria sentido (Valle, L. e Cunha, T. 2018). É assim que entendo o que, neste trabalho, chamo de racionalidade ambiental.

Práticas de artesanaria são aquelas ações criativas que resistem à segmentação (ou fragmentação) da vida, da experiência e do conhecimento; e buscam resolver os problemas concretos, ou reinventar potencialidades em espaços concretos da realidade vivenciada

(Cunha, T. 2015; Santos, B. 2008, 2014). Traduz um modo complexo de aprender e ensinar, onde a inovação e a repetição não são dicotômicas, mas sim, acontecem em uma relação dialógica.

Nesta perspectiva, analiso a prática de artesanía ecofeminista como energia propulsora da pedagogía ambiental capaz de transformar as relações humanas, (e dos humanos com a natureza), bem como significa possibilidade de fratura da coluna dos pensamentos abissais contemporâneos. Isto porque, compreendo o ecofeminismo como movimento orgânico que contribui para a expansão da pedagogía ambiental capaz de impulsionar a formação de novo corpo social que abrace a vida e não ao mercado. E na artesanía das práticas identifico a forma pela qual são construídas soluções concretas para problemas concretos. Assim, defendo que as experiências das mulheres do Assentamento Mulunguzinho (RN, Brasil), formadoras do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, são práticas de artesanía pedagógica ecofeminista.

Isto porque compreendo que a mercantilização dos corpos (humanos e não-humanos) desenvolvida no curso da Modernidade, inaugurada com os colonialismos ocidentais, declarou guerra à vida em prol da acumulação do capital – vivemos hoje em todo planeta um eco-apartheid, como afirma Vandana Shiva (2013). Para a teoria econômica o objetivo último da atividade econômica é o interesse individual/pessoal; e dentro das sociedades humanas hobbesianas os conjuntos de átomos sociais são movidos por interesses antagônicos. A racionalidade instrumental moderna reproduz essa lógica das lutas constantes de espécies mais fortes sobre as mais fracas (Mies, M. e Shiva, V. 1993) em toda construção do pensamento ocidental, autocompreendido no homem branco europeu que construiu a si mesmo como objeto e sujeito de todo conhecimento (Haraway, D. 1988).

Contrariando tal concepção, parto do reconhecimento da diversidade do mundo, da heterogeneidade de saberes presentes em toda manifestação da natureza (humana ou não), além de que a interdependência da vida condiciona a nossa própria existência. Defendo que o ecofeminismo desafia os paradigmas estruturantes da construção dos pensamentos abissais (Santos, B. 2009) moderno e incita a buscarmos práticas pedagógicas voltadas à harmonia equilibrada da vida, desde experiências socioeconômicas em curso nas realidades marginalizadas do mundo. Desenvolvo assim diálogo pluriepistemológico entrelaçando ecofeminismo, pedagogía ambiental e as Epistemologías do Sul, especificamente no tocante ao conceito de práticas de artesanía, a fim de abrir fraturas nos pensamentos abissais contemporâneos e enxertar ideias produzidas na prática de artesanía pedagógica ecofeminista.

Assim, a partir das epistemologias nascidas de práticas de agricultura de mulheres, especificamente neste trabalho do Assentamento Mulunguzinho (RN, Brasil), que organizam de forma alternativa as esferas socioeconômicas e políticas, vislumbro energias transgressoras que corroem e alteram as linhas abissais que a modernidade contemporânea insiste em manter. Divido minha análise em três momentos: primeiramente, revisito o arcabouço teórico escolhido para firmar a pluriversalidade de saberes existentes no mundo. No segundo momento reflito sobre as experiências e práticas das mulheres do Assentamento Mulunguzinho, criadoras do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer com a agroecologia, desde os seus lugares de fala. Finalizo com algumas considerações acerca desses imaginários e presenças que transformam e realizam uma justiça cognitiva e de gênero com a vida no centro.

## A constelação de saberes inscrita no mundo e a prática pedagógica ecofeminista

A história é realizada por espécies orgânicas e forças/personagens abióticos copartícipes da pulsão da vida na mesma casa na qual todas/os nós habitamos, chamada Terra (Haraway, D. 2015). A interdependência da vida vai além das relações sociais, políticas e econômicas reconhecidas nas estruturas do sistema capitalista e da racionalidade instrumental modernos. O ecofeminismo, afirma Silvia Federici (Navarro, M. T. e Gutiérrez, R. A. 2017), questiona diretamente todas as implicações da destruição da natureza em nossa vida e busca, assim, enfrentar a percepção de como o capitalismo procura explorar, apropriar a produção da vida; dominar todos os sistemas e processos que a produzem; transformá-los em processos e sistemas de lucros ilimitados, canalizados na força produtiva do corpo feminino e da natureza para gerar acumulação.

A ascensão do patriarcado capitalista juntamente com o surgimento do colonialismo moderno forjou nas mentes humanas o pressuposto completamente falso de que a natureza é uma entidade morta e é apenas um produto para ser explorado e gerar riquezas. De igual modo, lembra Vandana Shiva (2018), incutiu no imaginário coletivo que as mulheres são passivas, o segundo sexo que não trabalham, não pensam; ou seja, são meros apêndices para o poder acumulativo do capital. Porém, as mulheres são produtivas, criativas; e a natureza é a vida. A reivindicação do nosso poder como mulheres e o reconhecimento do poder da terra como um sistema inteligente, significam o mesmo processo (Shiva, V. 2018).

Consideradas as proporções e características específicas, as geopolíticas de cada realidade, no mundo atual a humanidade e os ecossistemas encontram-se numa crise sem precedentes que levanta não só inquietações sobre o futuro próximo, incerto e desconhecido; mas também quanto à continuidade de mulheres e homens participarem deste mesmo evento vida, representado no globo Terra. Enrique Leff<sup>1</sup> (2008) ressalta que do ponto de vista da ciência positivista e empírica é muito difícil entender que o mundo em que vivemos é uma produção histórica. Nesta direção de pensamento compreendo que o atual padrão de poder no qual vivemos, – e aceleramos a morte entrópica do planeta em nossos dias –, teve como elementos basilares de constituição o heteropatriarcado, o colonialismo e o capitalismo.

Buscar desconstituir a força e a dimensão da violência imposta pelo poder hegemônico do capital nos múltiplos tentáculos desenvolvidos no conhecimento, no ser, na existência de seres ocultados/colonizados traduz uma das preocupações e práticas ecofeministas (Shiva, V. 2005, 2018; Mies, M. e Shiva, V. 1993; Puleo, A. H. 2013). O pensamento ecofeminista implica desprendimento e descentralização radicais dos princípios que regularam e regulam a esfera do poder e do saber hegemônico que determinaram, e impõem até nossos dias, a concepção de sujeito; de conhecimento; de política; de economia; de sociedade; de mundo; enfim, da vida. A colonialidade compreendida como padrão de poder (Quijano, A. 2000) que emergiu do colonialismo moderno não foi limitada às relações formais de poder entre colonizado e colonizador (ou entre povos/nações e impérios/Estados), mas sim está inter e intrarrelacionada com todas as formas e construções sócio-político-econômico-culturais desenvolvidas e articuladas entre si para as concepções de trabalho, conhecimento, ser e autoridade ditadas pelo mercado capitalista mundial contemporâneo (Maldonado-Torres, N. 2007).

Desde esta compreensão, verifico que nos últimos séculos a racionalidade moderna (capitalista-heteropatriarcal-colonial) transformou o cenário do planeta: espaços geográficos, populações, biomas e ecossistemas em todo o mundo estão reféns da ideologia

---

<sup>1</sup> “No entanto, a partir de uma epistemologia crítica, podemos entender como o mundo é construído a partir de teorias, ideologias e cosmovisões; de línguas e estratégias discursivas; entender que os “fatos da realidade” em que as teorias empíricas são induzidas são produzidos e não fornecidos. [...] A tradição filosófica - e então científica - que funda o pensamento metafísico, coisifica e objetiva o mundo, deixando de lado o ser, isto é, o ser do ser humano, o ser significador da vida e das coisas, do real e da natureza. A partir dessas origens do pensamento ocidental [...] Descartes funda a ciência moderna dissociando o objeto do sujeito do conhecimento. ” (Leff, E. 2008, 31) – Trad. livre da autora/T.L.A.

e dos valores do mercado financeiro hegemônico global. E a cristalização da monocultura da mente (Shiva, V. 2005) – que homogeneiza, uniformiza e mercantiliza toda sorte de vida – representa, simbolicamente, verdadeira Hidra de Lerna. A cada enfrentamento para cortar os males existentes (ou destruí-los), surgem novos mecanismos e ferramentas que, como ressalta Silvia Federici (2014; Navarro, M. T. e Gutiérrez, R. A. 2017), são justificados pela razão instrumental moderna para a consequente perpetuação do sistema capitalista potencializado (Valle, L. 2017).

A monocultura, explica Vandana Shiva (2005), é instalada primeiramente nas mentes, - imposta pelo sexismo epistêmico<sup>2</sup> -, e em seguida é transferida para o solo. As monoculturas mentais geram modos de produção que destroem a diversidade da vida e legitimam a devastação de toda sorte de cultura diferente à estabelecida pelo mercado hegemônico. Desta forma, o padrão civilizatório cancerígeno (Lander, E. 2010) construído nas bases da modernidade, já no avançar do século XX, mercantilizou a vida e os direitos; transformou o público em privado; e deturpou a concepção das relações da vida pública e de direitos democráticos à alimentação, saúde, educação, água, território etc.. Neste sentir, Teresa Cunha (2017) lembra que se tivermos a compreensão histórica em mente para analisar a crise multifacetada atual, percebemos que o presente ciclo da extração em larga escala dos recursos naturais e da própria energia – diga-se: a própria vida – significa prática reproduzida ao longo dos últimos séculos.

Contra este pensamento homogeneizado, extrativista e dominador moderno o ecofeminismo persegue a expansão de práticas firmadas numa racionalidade ambiental que proporciona a reapropriação das potencialidades do real e da criatividade do pensamento para a formação de outra realidade; é dizer, constitui uma prática de artesanía inscrita na ecologia de saberes. Além de que, os ecofeminismos reconhecem o pluriverso contido nas economias da vida que abrem espaços à diversidade de conhecimentos, às práticas socioeconômicas em criação e construção permanentes em muitas experiências que estão operativas no mundo, abraçando racionalidades integradoras da coexistência humana e não-

---

<sup>2</sup> Esclareço que dou atenção especial ao sexismo epistêmico sem desconsiderar as várias manifestações do sexismo e às questões da interseccionalidade. Neste trabalho trato da interseccionalidade em duas dimensões: as articulações entre raça, gênero e classe nas subjetividades e vivências de seres que se representam e vivem como mulheres (Butler, J. 2004) - que são alimentadas pela economia política hegemônica continuamente -, com a articulação dos três sistemas de opressão: colonialismo, heteropatriarcado e capitalismo (Santos, B. 2014; Cunha, T. 2017). Este nível de interseccionalidade ultrapassa os/as sujeitos/as e, assim, vai além da individualidade e impacta no âmbito coletivo também.

humana.

O saber ambiental é solidário da política do ser, da diversidade e da diferença, como há muito foi defendido por Paulo Freire (2003). Para tanto, a dialogicidade permanente entre o pensamento ecofeminista com a prática de artesanía pedagógica ambiental abre caminhos possíveis para a construção da organização harmônica da vida, uma vez que se reconhece o conhecimento para além da racionalidade comunicativa (Habermas, J. 1999) moderna, construída sobre um possível consenso de juízos e verdades absolutos, universais e neutros (Leff, E. 2004).

A pedagogia ambiental busca (re)unir os anseios por uma nova sociedade humana capaz de nutrir criaturas distintas, outras tecnologias, culturas, economias e inovações sociais. Comunga do reconhecimento da complexidade da vida; da interdependência da ordem orgânica global e dos conhecimentos diferenciados, tanto quanto os pensamentos e práticas de artesanía ecofeministas. A pedagogia ambiental consiste em aprender um saber ser com a outredade (Leff, E. 2006). Busca desta forma, a construção partilhada de uma ecojustiça (Gebara, I. 1999; Shiva, V. 2006; Puleo, A. H. 2013) na concretude do saber social que emerge do encontro de seres diferenciados pela diversidade cultural no diálogo compartilhado entre seres e saberes que agregam epistemologias e metodologias. Confronta assim a racionalidade científica instrumental, o saber homogeneizado e o pensamento unidimensional totalizante moderno que encerraram o mundo em um espaço circular vazio de criatividade, no qual a biodiversidade é destruída e caminha à desertificação.

Saber que o ser é um devir no qual existe a marca do sido, aberto ao que ainda não é significa a “certeza de que o ser não é contido no conhecimento prefixado das certezas do sujeito da ciência, [...] do sistema” (Leff, E. 2009) capitalista-heteropatriarcal-racista moderno. O ainda-não significa tanto capacidades (potência) quanto possibilidades (potencialidades) inscritas no presente (Santos, B. 2002) capazes de abrir novas perspectivas (incertas, sem dúvida) que transformam a fatalidade de um futuro deserto de dinâmicas inteligentes para a vida humana e não-humana no planeta.

Sair da inércia dos processos desencadeados na economização da vida moderna, como enfrentado nas práticas de artesanía ecofeministas, abre espaço para o diálogo de seres e saberes. O (re)conhecimento e aprendizagem do mundo desde as potências e possibilidades que constituem cada ser (Santos, B. 2002; Leff, E. 2004; 2006; 2009), individual e coletivamente em sua própria realidade, é a proposta da ecologia dos saberes inscrita nas Epistemologias do Sul (Santos, B. 2009, 2014). Estas questionam a lógica da monocultura



do saber e do rigor científico; considera o contexto situado dos saberes que operam nas práticas sociais reconhecidamente legítimos; buscam a realização de justiça cognitiva; e defendem que a incompletude do conhecimento é condição de possibilidade aos diálogos e construções epistemológicas entre diferentes formas de saber compartilhados. Este exercício dialógico entre seres e saberes diferenciados, situados e contextualizados em espaços concretos, onde a vida real acontece no mundo das existências humanas e não-humanas, emerge sobretudo no Sul<sup>3</sup>, nas lutas contra os “colonialismos sem fim” e o “capitalismo sem fim” (Santos, B. 2014).

A terra não é um fator irrelevante para o capitalismo moderno. A terra é a base material essencial para o trabalho de subsistência das mulheres, além de ser também a principal fonte de “segurança alimentar” para milhões de pessoas em todo o mundo. Neste contexto é onde são analisadas as lutas que as mulheres estão desenvolvendo em todo o planeta, não só como forma de reapropriação da terra, mas também como forma de promover a agricultura de subsistência e o uso não comercial dos recursos naturais. Tais esforços são extremamente importantes, não só porque milhares de pessoas sobrevivem graças a essas lutas, mas porque demonstram as mudanças que temos que fazer se quisermos construir uma sociedade na qual nossa reprodução não esteja mais vinculada às práticas de dominação, opressão e exploração sobre outras pessoas e freie a devastação da vida natural deste planeta (Federici, S. 2013).

Um olhar ecofeminista sobre a prática pedagógica ambiental na artesanaria das mulheres do Assentamento de Mulunguzinho (Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil)

As lutas contra a mercadorização da agricultura e as práticas agroecológicas que reivindicam a soberania alimentar<sup>4</sup> vêm crescendo em todo o planeta graças ao trabalho e

---

<sup>3</sup> O Sul ao qual me refiro trata da metáfora utilizada no marco teórico das Epistemologias do Sul, para as quais o desenho cartográfico construído entre Norte e Sul globais não representam as realidade do mundo. Neste, seus e nortes inter-relacionam-se nas dinâmicas do poder; e os seus em referência são os lugares onde outros conhecimentos são forjados a partir do sofrimento humano e das resistências ao capitalismo, aos colonialismos e ao heteropatriarcado (Santos, B. 2014).

<sup>4</sup> “La soberanía alimentaria es un principio de carácter político que cuestiona al sistema capitalista en todas sus expresiones, busca la transformación de la sociedad, plantea la necesidad de reforzar la lucha contra las políticas

ativismo de mulheres em diferentes espaços e biomas no mundo (Federici, S. 2013; Shiva, V. 1995). Como afirma Maria Jesús Pinto (2009) hoje, mais do que nunca, a soberania alimentar deve estar associada à mulher, “uma vez que são elas as mais afetadas estão lutando e continuarão a lutar contra as políticas neoliberais e sexistas que dominam a produção agrícola, pesqueira e comercial<sup>5</sup>”. (2009, 179). De igual modo, Irene León afirma que “graças à acumulação de conhecimentos relacionados à prática agrícola, a previsão da produtividade, processamento e distribuição, as mulheres - mesmo em contextos de extrema pobreza - alimentam a humanidade e mantêm padrões de consumo congruente com o cuidado da terra e da comunidade<sup>6</sup>”. (2009, 22).

Meu argumento aqui desenvolvido é o de que os conhecimentos concretos presentes nas economias de proximidade da agroecologia e que resultam da cotidianidade e dos desejos materiais e imateriais das vidas envolvidas na intervenção transformativa das suas existências no mundo são práticas de artesanía. E as pedagogias ecofeministas presentes nas práticas de artesanía da agroecologia por mulheres do Grupo Mulheres Decididas a Vencer buscam resolver os problemas reais, reinventar contextos e lugares onde a vida acontece (Cunha, T. 2011; Pérez Orozco, A. 2017; Valle, L. 2017) em equilíbrio com a vida coletiva e em conexão estreita com a vida do planeta. Na minha perspectiva ecofeminista, essas outras economias promovem, mesmo sem o dizerem de forma explícita, formas de superação dos abismos coloniais (Mies, M. 2014). Para transcender as fronteiras estabelecidas pela divisão internacional e sexual do trabalho, o extrativismo e acumulação primitiva contemporânea, a financeirização ilimitada da economia defendo em linha com Maria Mies (2014) e Amaia Pérez Orozco (2017) que estas lutas levadas a cabo por mulheres pela terra e por uma agricultura fortemente contextualizada e em harmonia com todos os seres vivos, reinstituem o valor intrínseco que cada cultura tem para interpretar e resolver os problemas e os desafios que a interdependência da vida, em todas as suas esferas, apresenta (Cunha, T. 2011, 2017).

Assim, além dos conhecimentos, tecnologias e visões do mundo presentes nas práticas agroecológicas, encontro o equilíbrio com as necessidades e as possibilidades dos biomas e

---

neoliberales y por la defensa de la tierra y los territorios. Plantea valores donde prime el respeto a los bienes de la naturaleza, el trabajo solidario y el compromiso adquirido con la sociedad, por el simple hecho de formar parte de ella.” (Pinto, M. J. 2009. 179)

<sup>5</sup> Tradução livre da autora.

<sup>6</sup> Tradução livre da autora.

ecossistemas de cada local; e defendo que representam, ao mesmo tempo, uma prática política que questiona e enfrenta o sistema capitalista gerando transformações da e na sociedade. Esclareço que alinho-me na definição de Susanna Hecht (1999) para agroecologia como sendo uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, focada não somente na produção, mas também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção. Afirmo também com Eduardo Sevilla Guzmán e Marta Soler Montiel (2009) que a agroecologia é, simultaneamente, uma ciência para análise e avaliação dos agroecossistemas e sistemas alimentares, como é uma proposta de práxis técnico-produtiva e sociopolítica em torno do manejo ecológico – equilibrado – dos recursos naturais.

Com essa compreensão, as práticas da agroecologia desenvolvidas por mulheres do Assentamento Mulunguzinho representam práticas de artesanaria ecofeministas que expandem pedagogicamente a racionalidade ambiental. Para elucidar meu argumento trago aqui estudo desenvolvido por Emma Siliprandi (2015) que ao analisar as experiências de treze mulheres, líderes do movimento agroecológico no Brasil, afirma que as mulheres, nas práticas agroecológicas, são promotoras de transformações no campo, na floresta e nas pessoas. Nesta perspectiva e a fim de demonstrar práticas de artesanaria ecofeminista em curso no Sul não-imperial<sup>7</sup> – lembrando que o terreno da artesanaria está no lugar de enunciação da ecologia de saberes (aquele onde o saber é convocado a converter-se em experiência transformadora) – escolho a experiência das mulheres do Grupo Mulheres Decididas a Vencer, do Assentamento Mulunguzinho, em Mossoró (Rio Grande do Norte, Brasil).

(...) as primeiras experiências com a produção sustentável ocorreram em uma área coletiva, reivindicada pelo grupo de mulheres junto à associação do assentamento, para produção de alimentos e geração de renda. Para enfrentar o desafio de trabalhar de forma agroecológica, elas tiveram que, ao mesmo tempo, capacitar-se para lidar com uma tecnologia à qual não estavam acostumadas e ser pela primeira vez, as gerentes da

---

<sup>7</sup> “Faz sentido falar e invocar um Sul não-imperial co-existente e contemporâneo de outros Nortes e outros Suis onde a colonialidade e o colonialismo permanecem mas que não são tudo. O uso do prefixo ‘não’ junto a ‘imperial’ sublinha, antes de mais, as minhas (nossas) ignorâncias sobre esse Sul subsumido pela sombra que lhe foi lançada para, em seguida, destacar os sinais que dele recebemos e do seu dinamismo inventivo, poli-racional, criativo e perguntador. (...) Com certeza que são isso e nisso está o seu arco de abertura ao novo; sinais são significados ou redes de significados que não precisam do chamado discernimento logocêntrico para existirem e se legitimarem.” (Cunha, T. 2015, 15)

própria produção, sem contar com o apoio organizativo, ou mesmo, em alguns casos, com a mão de obra dos homens.

(...)

O projeto da horta orgânica, envolvendo nove mulheres, começou ocupando uma área de meio hectare dentro do assentamento, cedida pela associação. Dez anos depois, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer ocupava sete hectares, realizando várias atividades além da horta (produção de mel, de plantas medicinais, de frutas, criação de animais). (Siliprandi, E. 2015, 248-249)

Neneide e Francisca Lourdes – mulheres do assentamento Mulunguzinho que desde o início assumiram e participam do projeto do coletivo Grupo Mulheres Decididas a Vencer – contam que há diferenças fundamentais entre a horta ecológica, desenvolvida no começo das atividades do Grupo no Assentamento e a agroecologia praticada hoje na produção de alimentos, medicamentos e demais produtos por elas elaborados. Elas contam que essas diferenças foram sendo percebidas e conhecidas no percurso da realização prática da produção junto com a terra e com os diálogos travados com técnicos e profissionais com quem realizaram experiências e aprendizados nas formações e intercâmbios que participaram.

A passagem para a agroecologia foi no meio do processo: nos intercâmbios, com o Lumiar, com os técnicos, em algumas capacitações, com assessorias. A gente começou a perceber que, em algumas coisas, o capitalismo estava se apossando do pacote orgânico, e que ia ser outro pacote. Tudo a gente precisava comprar: ia explorar quem estava consumindo, porque ia ter que vender mais caro, e a gente ia ter que comprar tudo pronto. Ia ser a mesma coisa de sempre, mas em vez de chegar lá na loja e dizer “me dê um adubo químico, um veneno”, ia dizer “me dê um produto orgânico”. Não ia ter nada de natural. Não ia ter nada disso de discutir relações humanas, de homens e mulheres. A gente trabalhava também a questão do meio ambiente, de ter diversidade, a gente queria outra coisa. Aí é que veio a transformação, do que antes era só uma horta orgânica. (Neneide)

A gente queria ir além de uma substituição de adubo, queria tudo o que é a agroecologia. Queria ter um preço mais acessível para quem estava comprando, sair dessa história de comercialização só para algumas pessoas da classe média. A gente queria levar os nossos produtos para o público, para a feira livre, para as pessoas comuns terem condições de comer também. (Francisca Lourdes) – (Siliprandi, E. 2015, 251)

A partir dessas percepções da estrutura controladora do poder capitalista, o Grupo Mulheres Decididas a Vencer, como alternativa para a comercialização da produção agroecológica que realiza, construiu uma rede de comercialização solidária. Essas mulheres inspiraram-se na experiência de outro grupo praticante da agroecologia em Fortaleza (Ceará) e formaram uma associação de consumidoras/es – Associação de Parceiros e Parceiras da Terra – na qual cada associada/o contribui com uma mensalidade e recebe em troca uma cesta semanal com os produtos da horta.

Desta rede de produtoras e consumidoras/es associadas/os outros grupos de produtoras agroecológicas da região (a maioria formado por mulheres) foram se articulando e em 2003 criaram a Rede Xiquexique de Comercialização Solidária, com a realização de feiras semanais de produtos ecológicos, nos municípios de Mossoró e Apodi, no Rio Grande do Norte; além de manterem uma loja em Mossoró, utilizada como espaço de comercialização permanente para todos os grupos de produção agroecológica da região. Na loja são comercializados não só os produtos da horta orgânica, mas também os derivados de legumes, frutas, mel, castanha de caju, galinha caipira, doces, carne de bode, artesanato de palha e cerâmica, além dos bordados; todos produtos elaborados e produzidos pelos grupos da região.

A economia organizada em ciclos de autossustento para a coletividade humana e não-humana envolvida, contrária à lógica da voracidade extrativista neoliberal, cria redes situadas e contextualizadas de apoio mútuo ao invés da imposição da macroescala da economia global sem rosto (Cunha, T. 2017), sem humanidades e sem vida. A experiência do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer estendida na Rede Xiquexique de Comercialização Solidária demonstra essa organização econômica autossustentável. Essa experiência relatada ultrapassou a busca pela sobrevivência, rompeu com as estruturas de imposição do saber hegemônico e criou possibilidade de subsistência produtiva (Federici, S. 2013) capaz de restaurar o reencantamento da vida local e gerar frutos para a continuidade comunitária num futuro ainda por fazer. As práticas agroecológicas protagonizadas pelas mulheres do Assentamento de Mulunguzinho traduzem experiência vivida, numa realidade concreta, da prática de artesanaria pedagógica ecofeminista. Isto porque a um só tempo o Grupo dessas mulheres reunidas, na troca de experiências e conhecimentos próprios ampliados e entrelaçados nas redes agroecológicas da região, com a intencionalidade de recriar seus próprios espaços e relações comunitárias, para além da geração de renda individual, mas com propósito de coletivamente preservarem, cuidarem, produzirem e garantirem a

continuidade da vida em seus espaços de existência, constroem alternativas socioeconômicas e políticas às dinâmicas expropriatórias, opressoras e anti-vida do sistema capitalista contemporâneo.

A energia heurística ecofeminista leva-me a questionar todo pensamento feminista que não seja profundamente humilde, reflexivo e situado que produza efeitos reais na vida das pessoas e no meio material e imaterial onde vivem (Cunha, T. 2017). Este exercício questionador, a meu ver, implica a prática da ecologia dos saberes (Santos, B. 2014) que coloca em tensão dialógica a diversidade de conhecimentos do mundo e está atenta à importância, à validade e ao significado que cada um tem para a resolução dos problemas concretos enfrentados. Desta maneira, o diálogo necessita de um horizonte cognitivo onde se possam inscrever e terem lugar outras narrativas e outros resultados não esperados, ou sequer imaginados pelas convenções socioeconômicas, culturais e políticas estabelecidas na racionalidade instrumental moderna (Valle, L.; Cunha, T. 2018).

As práticas agroecológicas das mulheres de Mulugunzinho, na busca de alternativas e soluções para as necessidades e desejos na realidade local, realizam em seus espaços de vida práticas de artesanaria desde saberes reapropriados, do fortalecimento dos laços relacionais e a ampliação de atuação-participação das mulheres agricultoras em toda dimensão de atividades. Representam assim práticas de uma pedagogia ecofeminista, pois revelam a diversidade epistemológica do mundo e, sobretudo, evidenciam que a vida rege-se por obrigações que existem para garantir a dignidade humana de toda/os, umbilicalmente ancorada na sua relação com a terra e com tudo o que ela significa. Além de que, essas práticas de artesanaria e pedagogias ecofeministas vão na contramão tanto do androcentrismo como do antropocentrismo do pensamento racional moderno, instrumentalizado pelo regime do capital financeiro global.

## Considerações Finais

A despatriarcalização de prática democrática do trabalho reprodutivo, gerador da subsistência e coexistência de mulheres, homens e ecossistemas em equilíbrio e harmonia, à margem dos valores da maximização do lucro e da monocultura da mente, traduz o pensamento pedagógico ambiental e a prática de artesanaria ecofeminista. Nos espaços ignorados e marginalizados pelas estruturas socioeconômicas da política neoliberal capitalista contemporânea irrompem experiências localizadas capazes de coconstruir

ecologia de saberes desprendida e descentralizada dos princípios regulatórios do poder e do saber hegemônico.

A experiência e os conhecimentos realizados na prática agroecológica das mulheres do Assentamento de Mulunguzinho, no interior nordestino da região nordeste brasileira, chegou a outras comunidades agrícolas e na vida de outras mulheres de áreas rurais de maneira pedagógica integradora dos saberes diversos contidos no encontro de diferentes seres, reunidos para a construção conjunta de alternativas possíveis para a gestão e conservação sustentável da vida individual-coletiva e do ecossistema donde estão abrindo outras capacidades e potencialidades que contribuem por um futuro ainda por fazer. Neste sentir, a realização de pedagogia ambiental por meio de práticas de artesanaria ecofeminista abre caminho para a inserção, nos espaços fraturados dos pensamentos abissais contemporâneos, dos conhecimentos construídos desde a prática concreta das experiências humanas que proporcionam a reapropriação das potencialidades do real e da criatividade do pensamento para a formação de outra realidade.

Essas experiências interagem na luta pela soberania alimentar e despontam alternativas concretas de formações socioeconômicas para uma política da natureza, humana e não-humana, que nas palavras de Vandana Shiva (2013) significam histórias alternativas de fazer as pazes com a Terra, nosso planeta. Essas alternativas abrem um caminho a ser perseguido, a fim de mulheres e homens construir uma democracia da terra, sob as bases da compaixão, justiça e sustentabilidade como condicionantes para a transformação global. Inserida no pensamento ecofeminista, as práticas humanas de realizar as pazes com a Terra significam mudanças paradigmáticas para as formações socioeconômicas forjadas na ecojustiça e na ética-política das relações entre humanos e natureza (Puleo, A. H. 2013).

A experiência do Grupo Mulheres Decididas a Vencer trazidas aqui à evidência traduz manifestação concreta e contextualizada de práticas de artesanaria pedagógica ecofeminista harmonizadas com esses ideais. A meu ver, essas práticas de artesanaria ecofeminista significam a força motriz da pedagogia ambiental capaz de transformar as relações entre humanos e humanos com não-humanos, além de fraturarem a coluna dos pensamentos abissais contemporâneos. As mulheres do Assentamento Mulunguzinho, em suas práticas pedagógicas ecofeministas estendida à comercialização solidária presente na Rede Xiquexique abrem caminho para pensarmos e construirmos uma nova compreensão política socioeconômica capaz de abraçar a vida e realizar a continuidade de mulheres e homens coexistirem na Casa Terra.

## Bibliografía

- Butler, Judith. 2004. *Undoing Gender*. New York: Routledge.
- Cunha, Teresa. 2017. Todo o trabalho é produtivo: economias de abundância e da sobriedade. In [Re] Pensar a democracia. Xoán Hermida González (Coord.). Foro obencomún, pp. 101-134.
- Cunha, Teresa. 2015. Women InPower Women: Democracia, Justiça e Bom-Viver em experiências não-capitalistas em Moçambique, África do Sul e Brasil. In: Actas do Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul. Volume 3, Outras economias. Boaventura de Sousa Santos e Teresa Cunha (Eds.). Coimbra-Portugal: Edições CES, pp. 231-242.
- Cunha, Teresa. 2014. Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste. Coimbra: Edições Almedina.
- Cunha, Teresa. 2011. A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais. Feminismo e descolonização das teorias econômicas contemporâneas. In: Ensaio pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver. Teresa Cunha (Org.). Porto: Afrontamento.
- Federici, Silvia. 2013. Revolución en punto cero. Trabajo doéstico, reproducción y luchas feministas. Trad. Carlos Fernández Guervós y Paula Martín Ponz. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Federici, Silvia. 2014. Calibán y La bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Trad. Verónica Hendel y Leopoldo Sebastián Touza. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Freire, Paulo. 1975. *Pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento.
- Freire, Paulo. 2003. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. 2005. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gebara, Ivone. 1999. *Longing for Running Water: Ecofeminism and Liberation*. Minneapolis: Fortress Press.
- Habermas, Jürgen. 1999. *Teoría de la acción comunicativa, I: Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus Humanidades



- Haraway, Donna. 1988. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist studies*, v. 14, n. 3, pp. 575-599.
- Haraway, Donna. 2015. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. *Environmental Humanities*, vol. 6, 159-165.
- Lander, Edgardo. 2010. Crisis civilizatoria: el tiempo se agota. In Sumak Kawsay / Buen Vivir y cambios civilizatorios. Irene León (coord.). 2da. Edición. Quito: FEDAEPS, pp.27-40.
- Leff, Enrique. 2004. Racionalidad ambiental: La reapropiación social de la naturaleza. México, D.F.: Siglo XXI.
- Leff, Enrique. 2006. Aventuras de la Epistemología Ambiental: de la articulación de ciencias al diálogo de saberes. México, D. F.: Siglo XXI.
- Leff, Enrique. 2008. Discursos sustentables. México, D.F.: Siglo XXI.
- Leff, Enrique. 2009. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. *Educação & Realidade*, 34(3), pp.17-24.
- León, Irene. 2009. Las mujeres gestoras de la Soberanía Alimentaria. En: Las Mujeres Alimentan al Mundo. Soberanía Alimentaria en defensa de la vida y el planeta. Org. Amaranta Herrero, Mariel Vilella. Barcelona: Entrepueblos-Entrepobles-Entrepobos-Herriarte, pp. 16-39.
- Maldonado-Torres, Nelson. 2007. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Castro-Gómez, S. y Grosfoguel, R. (eds.). Bogotá: Siglo del Hombre Editores, pp. 127-167.
- Mies, Maria. 2014. Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labour. First published in 1986. London: Zed Books.
- Mies, Maria y Shiva, Vandana. 1993. *Ecofeminism*. London: Zed Books.
- Navarro, Mina T. y Gutiérrez, Raquel A. 2017. Diálogos entre el feminismo y la ecología desde una perspectiva centrada en la reproducción de la vida. Entrevista a Silvia Federici. *Ecología Política*, n. 54, pp. 119-122.
- Pérez Orozco, Amaia. 2017. Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. 3ª Ed. Madri: Traficantes de Sueños.
- Pinto, Maria Jesús I. 2009. Mujeres campesinas e indígenas, mujeres abriendo caminos en defensa de la vida, de las personas y del planeta. In *Las mujeres alimentan al mundo. Soberanía Alimentaria en defensa de la vida y el planeta*. Amaranta Herrero

- y Mariel Vilella (Editoras). Barcelona: Entrepueblos-Entrepobles-Entrepobos-Herriarte, pp. 170-183.
- Puleo, Alicia H. 2013. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Madrid: Cátedra. Colección Feminismos.
- Quijano, Aníbal. 2000. *Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina*. In *Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. Edgardo Lander, (Org.). Buenos Aires: CLACSO-UNESCO, pp. 201-246.
- Santos, Boaventura S. 2002. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63. Coimbra-Portugal: Centro de Estudos Sociais, pp. 237-280.
- Santos, Boaventura S. 2008. *A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80. Coimbra-Portugal: Centro de Estudos Sociais, pp. 11-43.
- Santos, Boaventura S. 2009. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In *Epistemologias do Sul*. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.). Coimbra-Portugal: Almedina, pp. 23-71.
- Santos, Boaventura S. 2014. *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Boulder-Londres: Paradigm Publishers.
- Sevilla Guzmán, Eduardo y Soler Montiel, Marta. 2009. *Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma*. *Documentación Social. Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*, 155, pp 23-39.
- Shiva, Vandana. 1995. *Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo*. Trad. Instituto del tercer Mundo de Montevideo (Uruguay). Madrid: Cuadernos inacabados 18, editora horas y horas.
- Shiva, Vandana. 2005. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia.
- Shiva, Vandana. 2006. *Manifiesto para una Democracia de la Tierra. Justicia, sostenibilidad y paz*. Trad. Albino Santos Mosqueta. Barcelona, Espanha: Paidós.
- Shiva, Vandana. 2013. *Making Peace with the Earth*. London: Pluto Press.
- Shiva, Vandana. 2018. *¿Quién alimenta realmente el mundo? El fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología*. Trad. Amelia Pérez de Villar. Madrid: Capitán Swing.
- Siliprandi, Emma. 2015. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

- Streck, Danilo R. 2015. Pedagogía(s). In Diccionario Paulo Freire. Streck, Danilo R. (Coord.); Rendín, Euclides y Zitkoski, Jaime (Orgs.). Lima: CEAAL.
- Valle, Luísa de P. 2017. El ecofeminismo como propulsor de la expansión de la racionalidad ambiental. Trad. Claudia Jana Sinibaldi Bento. *Ecología Política*, N° 54, pp. 28-36.
- Valle, Luísa de P. y Cunha, Teresa. 2018. Pedagogías ecofeministas e o respeito à economia da vida: reflexões sobre a agroecologia e o hamutuk. IV Congreso de Estudios Poscoloniales y VI Jornadas de Feminismo Poscolonial Cuerpos, imaginários y procesos de racialización contemporáneos en el Sur. Realizado entre 12-15 de Noviembre de 2018. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires.